

28 JUL 1995

ABRAM SZAJMAN
ESTADO DE SÃO PAULO

Aposta na produtividade



**Juros não
devem ser
tabelados ou
liberados,
precisam
baixar**

5.000% ao ano para a tolerável média, também anual, de 35,29%.

E não foi essa a única façanha do Plano Real. O dinheiro revigorado produziu ainda benefícios subjetivos inegáveis, ao devolver a confiança das pessoas no futuro, a credibilidade aos governantes e o respeito ao Legislativo. Foram conquistas notáveis, que ninguém poderia esperar alcançar sem sacrifícios, con-

forme assinalou recentemente o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Assim devem ser vistos os problemas de agora, em especial a política de juros. Embora dolorosa, ela precisa ser entendida e analisada em suas origens e natureza. Vários fatores tornaram-na inevitável, desde o consumismo imoderado até o fantasma da recessão, passando por outros mais perigosos ainda, como a corrupção administrativa, os desperdícios de um Estado megalômano e a ineficiência produtiva.

Para combater o mal do consumo exagerado, o governo vem usando o remédio dos juros. A fórmula é correta, pelo menos até o instante em que se possa realizar o ajuste fiscal. O erro está na dose. Amargamos hoje taxas das mais elevadas do mun-

do. Taxas que comprimem o nível da oferta interna, provocam o desvio de recursos destinados à produção, pressionam custos, preços e levam à inadimplência.

Nisso, exatamente nisso, reside o nó da questão. Os juros não devem ser tabelados nem liberados — sabemos —, precisam apenas baixar, e a curto prazo. Sua administração competente constitui o melhor instrumento de contenção da demanda e do endividamento, de estímulo à poupança, ao ingresso no País de capitais externos e à elevação da produtividade empresarial.

No momento, portanto, trata-se de ajustar a sintonia final da área financeira. Todos os agentes econômicos têm responsabilidades a cumprir. O governo, mantendo-se atento e sensível ao jogo do mercado e ao ritmo da produção. A iniciativa privada, evitando o acúmulo de estoques e fugindo das operações de crédito, apostando unicamente no investimento dirigido ao aumento da produtividade e da competitividade.

■ Abram Szajman é presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.



ACOSTA

Durante um ano, o Plano Real foi tutelado por sucessivas medidas provisórias, como se fosse uma espécie de intruso sobre o qual deveriam recair múltiplas suspeitas. Sua aprovação pelo Congresso, a reboque do consenso nacional e sob a influência de resultados concretamente positivos, estabeleceu o marco divisorio entre duas importantes etapas do Plano FH, identificadas, a primeira, pela estabilização monetária, a segunda pela desindexação gradual da economia brasileira.

Daqui para a frente, o processo deverá avançar impulsionado pela vigência das reformas constitucionais. Ou recuar, caso o embate de avaliações em torno de determinados aspectos da política econômica se radicalize, gerando discussões estérteis e conflitos desagregadores das forças comprometidas com a modernização do País.

Na curta trajetória de 12 meses, a nova moeda superou todas as expectativas e, ao contrário das experiências anteriores, não se apoiou em choques, confiscos, congelamentos ou quebra de contratos. De um só golpe, ela transformou em realidade o sonho de fazer a inflação despen-car da escandalosa taxa de